



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE JACUIZINHO

MOÇÃO DE APOIO nº 05/2025

PROTOCOLO
Nº 104
Em 14 / 11 / 2025

Ao Projeto de Lei Legislativo nº 5.686/2025, que dispõe sobre a proteção do produtor rural com vistas a assegurar a função social da propriedade produtiva e a continuidade da atividade rural, estabelece prioridade de garantias agrícolas, altera a Lei nº 13.476, de 28 de agosto de 2017 (Marco Legal das Garantias), e dá outras providências.

Rita de Cassia Lazerri, Fabio Ricardo Mocelin, e Zidane Diogo Missio, todos Progressistas e Jaqueline Konzen de Oliveira-MDB, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas especialmente no artigo 114, inciso II, do Parágrafo Único do Regimento Interno, vêm apresentar Moção de apoio ao Projeto de Lei Legislativo nº 5.686/2025, de autoria da Deputada Federal Any Ortiz.

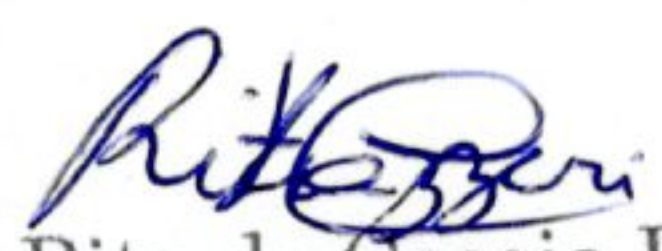
A proposição busca resguardar o agricultor em situações de crise, estabelecendo prioridade para garantias agrícolas, a possibilidade de mediação e arbitragem antes da execução de bens rurais e a vedação de execução extrajudicial em graves de prejuízos comprovados por eventos climáticos adversos, como estiagens e enchentes.

Trata-se de uma iniciativa de grande e relevância, especialmente para os municípios gaúchos de forte base agrícola, onde o setor primário é essencial para a economia local e para o sustento de inúmeras famílias.

O projeto propõe uma Legislação equilibrada, que preserva o crédito e o direito das instituições financeiras, mas coloca em primeiro plano a dignidade e a subsistência do produtor rural.

Assim, diante da relevância do projeto mencionado, apresento a Moção de Apoio ao PL 5686/2025 para registro nos anais desta Casa Legislativa, bem como para divulgação e conhecimento público e para o encaminhamento a Câmara dos Deputados.

Câmara Municipal de Jacuizinho-RS, 14 de novembro de 2025.


Rita de Cassia Lazerri
Vereadora MDB

Fabio Ricardo Mocelin
Vereador Progressista

Jaqueline Konzen de Oliveira
Vereadora Progressista

Zidane Diogo Missio
Vereador Progressista



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE JACUIZINHO

Justificativa da Moção de Apoio nº 05/2025

Distintas regiões do Brasil sofrem com efeitos devastadores sobre a renda rural, como decorrência de eventos climáticos extremos que geram em diferentes medidas enormes dificuldades financeiras que ameaçam a continuidade da atividade agrícola, tanto no pequeno, como no médio e até no grande produtor.

Mesmo com esse cenário recorrente, foi promulgada a Lei nº 14.711, de 30 de outubro de 2023, denominado como Marco Legal das Garantias. Por ela ampliou-se a possibilidade de execução extrajudicial de hipotecas rurais, inclusive sobre imóveis produtivos. Essa inovação, embora tenha o mérito de agilizar o crédito, pode, em contextos de calamidade e de perdas recorrentes, resultar na expropriação imediata de pequenas propriedades e na desestruturação das cadeias produtivas locais.

Desde 2020 a 2024 o Estado do Rio Grande do Sul enfrenta uma sucessão de eventos climáticos extremos, com consequências devastadoras para o campo e para a economia e registraram-se quatro anos consecutivos de estiagens severas, com perdas médias de 30% a 50% de acordo com levantamentos realizados pela ASCAR/Emater-RS e IBGE. Estima-se que mais de 300 mil famílias tenham sido afetadas, com prejuízos superiores a R\$ 100 bilhões.

Em 2024 e 2025, o cenário se agravou com chuvas intensas, enchentes e alagamentos em maio de 2024, seguidas de nova estiagem no segundo semestre de 2024 e início de 2025. A sequência de perdas climáticas e a ausência de renda inviabilizaram a capacidade de pagamento dos produtores, agravando o endividamento rural em todas as cadeias produtivas.

Diante dessa dura realidade e atendendo ao apelo do Movimento SOS Agro RS, organização civil independente que atua na defesa e valorização do produtor rural gaúcho, especialmente diante das crises decorrentes de eventos climáticos extremos no nosso Estado, apresentamos esta proposição que busca compatibilizar o direito de crédito das instituições financeiras com os princípios constitucionais da dignidade humana, da função social da propriedade e da proteção da atividade rural, assegurando que produtores e cooperativas possam se reerguer e se manterem ativos.

Câmara Municipal de Jacuizinho-RS, 14 de novembro de 2025.

Rita de Cássia Lazzeri
Vereadora MDB

Fabio Ricardo Mocelin
Vereador Progressista

Jaqueline Konzen de Oliveira
Vereadora Progressista

Zidane Diogo Missio
Vereador Progressista